

## O PCB e sua atuação nos anos 50

Waldir José Rampinelli entrevista Jacob Gorender<sup>1</sup>

**Waldir José Rampinelli**<sup>2</sup>: A política de *união nacional* do PCB<sup>3</sup> nos anos 50, que incluía o apoio ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil não foi um equívoco, já que a classe industrial burguesa buscava a associação com o imperialismo estadunidense?

**Jacob Gorender**: Convém aqui colocar as coisas sob uma perspectiva histórica, ou seja, levar em conta as circunstâncias que atuavam nos anos 50 e a trajetória da própria ação política do PCB. Como o PCB fora posto na ilegalidade em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época. Isso levou o PCB a tomar uma atitude de abstenção nas eleições de 1950, que foram essencialmente uma disputa entre os candidatos Getúlio Vargas, Cristiano Machado e Eduardo Gomes.

Getúlio se elegeu e ficou o tempo todo de seu governo sob o ataque incessante do PCB. Quando a crise chegou ao seu auge em agosto de 1954, e Vargas estava sob o fogo cerrado da direita, o PCB não se deu conta de que a conjuntura sofrera uma mudança radical, permanecendo no ataque a Vargas. Somente alguns dias antes do suicídio de Vargas, Prestes conclamou o PCB, pela imprensa, a apoiar Getúlio. No entanto, isto foi inócuo pois os acontecimentos já estavam dados. Além disso, este apoio era cheio de restrições. Resultado: Getúlio cometeu o suicídio, as massas trabalhistas saíram às ruas e os militantes comunistas não tiveram alternativa senão a de juntar-se, nos mesmos protestos, aos trabalhistas. Esta questão, que deixou o PCB perplexo, influiu na posição com relação a JK.

Com a nominata dos candidatos às eleições presidenciais de 1955, o PCB — já com a experiência traumática da abstenção na eleição anterior e de seu comportamento diante do governo de Getúlio — resolveu respaldar JK. Este apoio se revestiu de muita importância, já que JK se elegeria com uma diferença de meio milhão de votos e eu penso que eles vieram do PCB.

JK tomou posse com dificuldade<sup>4</sup>, pois necessitou do apoio do ministro da Guerra, general Teixeira Lott. Começou seu governo com o Plano de Metas, visando ao desenvolvimento do País. Esta visão desenvolvimentista já vinha de Getúlio. No entanto com JK tomou uma posição mais definida.

O governo de JK caracterizou-se pela ausência de presos políticos e pela liberdade de imprensa. Havia, portanto, um clima de descontração. Deste modo, as forças políticas podiam atuar sem constrangimentos. Então o PCB, considerando que o governo de JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do País, resolveu apoiá-lo condicionalmente. De acordo com a análise da direção do PCB, atuavam no governo de JK duas alas: uma nacionalista, outra entreguista. A ala nacionalista tinha o general Lott como seu representante, ao passo que o representante da entreguista era o ministro Lucas Lopes. Outra figura que já despontara como entreguista, nessa época, era Roberto Campos, então superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>5</sup> e já apelidado de *Bob Fields*. Dizia-se que falava o inglês melhor que o português. De fato, vivera muitos anos nos Estados Unidos e dominava muito bem aquele idioma.

Com este esquema explicativo, o PCB enfrentou os problemas políticos que se apresentavam. Cabe lembrar que já no período de JK apareceram os confrontos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mais ou menos no estilo existente hoje. JK rompeu com o FMI, apoiado pelo PCB e outras forças políticas. O porta-voz de JK no Congresso, que anunciou a ruptura com o FMI, foi o industrial paulista Horácio Lafer.

304

**W. J. R.** Se o relacionamento do PCB com o governo JK era tão bom, por que o presidente se opôs à legalização do partido? Havia esperança de o PCB ser legalizado ou ele foi traído por JK, já que este, de passagem por Washington (janeiro de 1956), prometera ao Senado estadunidense que não legalizaria o partido?

**J. G.** Não se pode dizer que JK tenha traído o partido, já que ele não assumira um compromisso expresso com a legalização. Na verdade, a legalização do PCB foi algo muito difícil que só veio a acontecer durante os anos 80, na esteira da anistia. Era um assunto fechado para o *establishment* conservador brasileiro. E claro, a pressão sempre presente do governo dos Estados Unidos.

É preciso levar em conta que estávamos nos tempos da Guerra Fria<sup>6</sup> e os Estados Unidos eram governados pelo general Eisenhower — republicano — e o secretário de Estado era John Foster Dulles — um dos expoentes reacionários mais arrogantes daquele período. Portanto, legalizar o PCB, naquelas alturas, era algo certamente difícil para o governo.

**W. J. R.** A *Declaração de Março*, de 1958, do PCB, não significou uma estratégia de conciliação de classe com a burguesia, da qual esta tirou vantagens, ao passo que para o partido sobram apenas desvantagens?

**J. G.** Sem dúvida que vista hoje, a *Declaração de Março* é um documento em que a burguesia recebe um tratamento que denuncia uma ilusão, partindo sempre daquele esquema de que falei: uma ala nacionalista e outra entreguista. Segundo o PCB, a burguesia também teria uma parte servil ao imperialismo e outra que queria o desenvolvimento e a independência do País.

**W. J. R.** Esta segunda parte (burguesia nacional) era hegemônica?

**J. G.** Não se dizia isso. O que se falava era que ela devia ser apoiada. Ou seja, a aliança que o PCB tinha em vista incluía esta parte da burguesia. Com a *Declaração de Março* começou a circular o termo burguesia nacional. A declaração surgiu exatamente desta necessidade de formalizar, em um documento oficial, a política que na prática já estava sendo implementada. Isto porque os documentos oficiais do PCB ainda eram os do início dos anos de 1950, sectários e de uma retórica inteiramente fora de contexto. Por isso, surgiu a idéia de fazer uma declaração prevendo os termos de uma nova política. Como se achava que a elaboração deste documento no Comitê Central seria inviável — isto porque dele participavam o Amazonas, o Grabois e outros ligados a estes (fundadores do PC do B, mais tarde) —, então pensou-se em fazer um documento fora do Comitê Central, assinado pelo Prestes e que seria jogado na mesa como fato consumado. Prestes concordou com isso. Embora estivesse ainda na clandestinidade, já não se encontrava isolado. Vários companheiros, fora da Comissão Executiva, tiveram acesso a ele. Constituiu-se uma comissão que, à margem do Comitê Central, elaborou a declaração. Deste modo, o Comitê não teve alternativa a não ser encampar a idéia. Já era um fato consumado. Logo viria o V Congresso, em 1960, que respaldou tais teses. Este foi o encaminhamento do PCB diante do governo de JK.

**W. J. R.** O PCB fez duras críticas ao Getúlio, chegando a chamar o seu governo de traição nacional. Na verdade o Getúlio tinha posições mais contundentes contra o colonialismo e o capital estrangeiro, ao passo que JK fazia exatamente o contrário. Não seria uma incongruência do PCB apoiar JK?

**J. G.** O governo de JK não era entreguista, mas sim contraditório. Ele apoiava os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo tinha um Plano de Metas de desenvolvimento econômico e procurou implementá-lo, recorrendo a empréstimos que geraram uma inflação muito alta. Foram as construções de hidrelétricas, como Furnas, Três Marias e outras. Além disso, a instalação da indústria automobilística e a ampliação da rede rodoviária. Eugênio Gudim, por exemplo, opunha-se a tudo isso, considerando uma miragem onerosa ao País. E as empresas montadoras norte-americanas — GM e Ford — que já tinham

instalações no Brasil (não produziam automóveis, apenas montavam) também se opuseram a isso em um primeiro momento, o que obrigou JK a dar andamento ao seu projeto com as firmas européias: a Volkswagen, a DKW, a Simca Chambord e outras. A Volkswagen foi decisiva porque implantou uma grande instalação, e começaram a circular os automóveis produzidos no Brasil já em 1960. Este foi um acontecimento de grande repercussão.

Na verdade, JK teve atritos com o capital e os interesses norte-americanos, que não previam um pólo industrial no Brasil. Só aceitaram quando o fato estava consumado. Eles queriam que nosso país continuasse a ser exportador de matérias-primas e ao mesmo tempo importador de suas manufaturas.

A *Declaração de Março*, na verdade, foi um reconhecimento do erro cometido em relação a Getúlio, que levou o PCB à impotência completa quando se deu a crise de agosto, em 1954.

**W. J. R.** O senhor, no artigo *Política Exterior em Crise*, na revista *Estudos Sociais*, faz duras críticas à Operação Pan-americana (OPA). No entanto, a operação não significou um relativo avanço para a política externa de então, já que tentava barganhar um desenvolvimentismo associado diante dos Estados Unidos?

306

**J. G.** A OPA não poderia ser um plano em termos marxistas de verdadeira independência. Na verdade, JK buscava dar um peso maior à América Latina, e em particular ao Brasil. Dentro da política externa dos Estados Unidos, a América Latina não tinha peso. Com isso, JK procurava dar relevo às reivindicações brasileiras e latino-americanas.

JK não fez uma mudança radical na política externa do Brasil. Na realidade, ele passou a dar um peso maior à Europa, já que estava interessado na indústria automobilística. Para tanto, fez grandes concessões a tais indústrias. A Volkswagen, por exemplo, recebeu terrenos, créditos subsidiados, isenção de impostos e outras facilidades. Isso tudo foi feito por meio de entendimentos diplomáticos. A política externa de JK valorizou as relações com o continente europeu.

No que toca a Portugal, estava em vigor um dogma da política externa brasileira que só mudou com a Revolução dos Cravos, em 1975. Antes disso, o Brasil apoiava o colonialismo português. Quando a Índia ocupou Goa e Diu, enclaves portugueses na região, a comunidade portuguesa do Rio fez uma grande manifestação defronte do Palácio do Catete, com o apoio de JK.<sup>7</sup>

**W. J. R.** Não se pode afirmar que, a partir de 1958, a política externa brasileira enveredou por um lado nacionalista?

**J. G.** Sem dúvida. JK veio, em primeiro lugar, com o Plano de Metas. Para tanto, cercou-se de economistas que tinham uma perspectiva desenvolvimentista. Os economistas reacionários, como Gudin, opuseram-se a isso publicamente.

Também com JK teve atuação o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>8</sup>, destinado a forjar uma ideologia desenvolvimentista e atuando na área de estudos econômicos, políticos, sociológicos e outros. Os comunistas se aproximaram do ISEB. Eu me relacionei pessoalmente com o Vieira Pinto, o Corbisier e outros. Já o Hélio Jaguaribe era tido como entreguista e sofreu críticas dos comunistas. Eu mesmo fiz um ciclo de quatro conferências no ISEB sobre o marxismo e a realidade brasileira, com grande concorrência.

**W. J. R.** O ISEB tinha um alcance sobre a sociedade brasileira ou não era algo mais que um grupo de intelectuais?

**J. G.** O ISEB tinha influência sobre a sociedade, pois realizava muitas conferências, influía na nomeação de ministros e dispunha de uma política editorial. Tanto que os golpistas de 1964, uma das primeiras coisas que fizeram foi invadir, depredar e acabar com o ISEB.

**W. J. R.** FHC várias vezes reivindicou o direito de comparar seu governo ao de JK.

Qual é a sua avaliação, em termos comparativos, entre estes dois governos?

**J. G.** São períodos muito diferentes, obviamente. FHC não tem como ser considerado, por uma historiografia futura, um novo JK. Juscelino colocava em primeiro lugar o desenvolvimento, não dando importância ao aspecto inflacionário. Tanto que gastou muito para fazer as obras de infra-estrutura e, de modo particular, a construção de Brasília. Por isso a inflação disparou. No entanto, isso não o incomodava.

Já FHC, em outro contexto, age de maneira inversa. No futuro, o governo de FHC será lembrado, principalmente, por duas coisas: a) por ter estabilizado a moeda e, b) por ter feito a privatização das estatais.

JK criou várias estatais e desestabilizou a moeda. Se para JK o prioritário foi o desenvolvimento, já para FHC o mais importante é a estabilidade. Por isso, ele se submete às exigências do FMI.

E a política externa de JK tinha uma inserção maior na política internacional que a de FHC.

**W. J. R.** O fato de o governo de JK ser olhado com certa simpatia pela esquerda, hoje, se deve ao fato de FHC ter caminhado para a direita?

**J. G.** JK ficou na memória popular brasileira como uma figura simpática. O período dele é lembrado como uma época em que o Brasil foi pra frente<sup>9</sup>, rompeu barreiras, criando grandes coisas como hidrelétricas e a indústria automobilística. Não havia desemprego, pelo contrário, grandes massas se deslocavam do Nordeste para trabalhar em São Paulo e para construir Brasília. Além disso, o surgimento de Brasília, com suas características monumentais, enchia de orgulho o povo brasileiro.

Por isso, o período de JK é olhado como um período de auto-estima, de amor próprio e de grande potencialidade do povo brasileiro. Deixou lembrança sua figura sorridente e afável.

Com certeza, JK e Getúlio serão os dois presidentes mais lembrados como estadistas na história do País, no século XX.

## NOTAS

<sup>1</sup>Jacob Gorender foi membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em 1968. Autor de vários ensaios e artigos, escreveu *O Escravidismo colonial e Combate nas trevas*. A primeira é uma obra considerada clássica pela comunidade acadêmica, ao passo que a segunda é imprescindível para todos aqueles que pretendem conhecer os duros anos de resistência à ditadura militar (1964-1985). Em 1999, publicou, pela Editora Ática, *Marxismo sem utopia*.

Gorender atuou também como jornalista, escrevendo em órgãos de esquerda. Foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados e de cursos de pós-graduação na Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup>Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli na residência de Jacob Gorender, em São Paulo, no dia 9 de abril de 2002. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador. A entrevista foi revista e sua transcrição aprovada pelo entrevistado. O prof. Rampinelli é do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Correio eletrônico: pinelliw@cfh.ufsc.br

<sup>3</sup>Cabe lembrar que até 1958 chamava-se Partido Comunista do Brasil. A partir de então se denominou Partido Comunista Brasileiro.

<sup>4</sup>Refere-se a todo um movimento golpista — composto de militares, civis e do próprio Café Filho —, destinado a inviabilizar, a qualquer custo, a chegada de JK à presidência da República. Tornara-se célebre a frase de Carlos Lacerda, pronunciada na televisão: “Juscelino não será candidato; se for candidato, não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará”.

Um dos motivos apresentados pelo partido da União Democrática Nacional (UDN) para impugnar a vitória de JK nas eleições de 1955 foi o da “ilegalidade” dos votos comunistas.

<sup>5</sup>À época, o banco não tinha o S de social e o cargo era o de superintendente superior.

<sup>6</sup>Halliday divide as políticas do pós-guerra em quatro fases, levando em conta as relações dos Estados Unidos com a União Soviética. São elas: fase 1: a primeira Guerra Fria, de 1946 a 1953; fase 2: o período de antagonismo oscilatório, de 1953 a 1969; fase 3: a distensão, de 1969 a 1979; e fase 4: a segunda Guerra Fria, de 1979 em diante [provavelmente até 1989]. HALLIDAY, Fred. *Gênesis de la Segunda Guerra Fría*. México: Fundo de Cultura Económica, 1989, pp. 23-26.

<sup>7</sup>O apoio à política colonialista portuguesa se deu principalmente em votações nas Nações Unidas. O delegado indiano — R. Jaipal —, depois de escutar a defesa do diplomata brasileiro Donatello Grieco proclamando a missão civilizadora de Portugal no além-mar, disse que “nunca ouvira uma exposição mais fiel ao ponto de vista português do que aquela que acabara de fazer o representante do Brasil”. *Diário de Lisboa*, 31 de janeiro de 1957.

<sup>8</sup>Criado em 14 de julho de 1955 pelo presidente Café Filho, foi extinto em 13 de abril de 1964 pelo então presidente interino Paschoal Ranieri Mazzili. Costuma-se dividir o ISEB em duas fases: uma de perfil moderado, também chamada de centro-esquerda durante os anos 50, e outra mais radicalizada, nos anos 60.

<sup>9</sup>Se entre 1945/1956 o produto nacional bruto (PNB) cresceu 5,2% e a renda *per capita* 2,5% por ano, já no período 1957/1961 o PNB atingiu a cifra de 7% ao ano e a renda *per capita*, por sua vez, 3,8%. Já o crescimento da produção industrial (1955/1961) chegou a 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). Para a década de 1950 o crescimento *per capita* real do Brasil foi cerca de três vezes maior que o restante da América Latina. Veja-se BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 204.